

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.30 horas. Para redigir e subscrever esta acta foi designado a funcionária da CIMLT, Clara Cristina Simões Lopes, que tem prestado apoio à Assembleia da CIMLT. -----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, Domingos Manuel Monteiro Martins, João Miguel Gonçalves Lopes, José Manuel Bento Sampaio, Maria José Serôdio Dias, João Pedro Antunes Osório, Paulo Francisco de Mello e Araújo do Espírito Santo, António José Rodrigues, António Pratas Cardoso, Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins, Rui Augusto Nabais, José Roque Gameiro dos Santos, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Rogério Mendes Coito, Pedro José da Silva, Francisco Artur Gomes Gaspar, José João Henriques Coelho, Manuel Santos Coelho, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Rui Miguel Friezas Aldeano, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, Luís Miguel Pronto Pereira de Deus, Maria da Ascensão Adrião Duarte, Victor Manuel Marques Damião, Isabel Maria Pinto de Almeida, João Maria da Silva Travessa Filipe, Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Maria Helena de Menezes Figueiredo,

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

Orlando Manuel Ferreira Garcia, Carlos Manuel Luís Catalão, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Miguel da Silva Lucas e José Luís Marques Cabrita. -----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Vera Lúcia dos Santos Noronha, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Carlos Alberto Salvador Pernes, José Francisco Dias Nunes, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Carlos José Pratas da Silva, José Joaquim de Jesus Braz, Joaquim Grácio Morgado, António Maria de Almeida Calado da Maia, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma e Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz.-----

--- Apresentaram justificação de falta Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, José Francisco Dias Nunes e Fernando Manuel Duarte dos Santos. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 - Apreciação e Votação de Proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----

--- 3 - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2008;-----

--- 4 - Apreciação e Votação Regulamentos da CIMLT (Regulamento Interno da CIMLT, Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas da CIMLT, Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CIMLT, Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CIMLT e Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da CIMLT).-----

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

--- Tendo faltado à reunião a senhora Presidente da Assembleia da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS), foi designado o senhor Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Manuel Bento Sampaio (CDU) para conduzir os trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, solicitando a um elemento do PS para integrar a Mesa, sendo designada a senhora Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho. Estando reunidas todas as condições de trabalho, deu-se início ao Período Antes da Ordem do Dia, começando por ser apreciada a acta da anterior sessão da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Mário Valada Rodrigues (PSD)**, dizendo ter achado estranho na acta ter um ponto de interrogação no seu nome, mas parecia-lhe que devia ter sido por não ter identificado o Município de origem. Propôs ainda uma correcção à acta. Referiu que o senhor Deputado António Maria de Almeida Calado da Maia constava como estando presente na sessão e não estava. Solicitou essa correcção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, referindo que todos os intervenientes são tratados por “senhor” e o funcionário da CIMLT João Paulo Ferreira era tratado por “cidadão”. Considerou que também tinha direito ao tratamento de “senhor”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa Pato (PSD)**, afirmando que no ponto 3 não estavam audíveis os nomes designados para proceder ao apuramento dos resultados, mas seria bom colocá-los. Disse ter sido uma das pessoas. As outras pessoas teriam sido os senhores Deputados Isabel Pinto de Almeida e Manuel Santos Coelho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Santos Coelho (CDU)**, dizendo que José João Henriques Coelho esteve presente e surgia na acta nas ausências.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José João Henriques Coelho (CDU)**, dizendo

que não esteve presente na Assembleia que elegeu a Mesa. Tomou posse na Assembleia seguinte.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, solicitando uma cópia da folha de presenças relativa a esta acta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Bruno Miguel Lince Mariano Medinas (PS)**, mencionando que não esteve presente na Assembleia referente à acta e constava como presente.-----

--- Submetida a votação a acta da primeira sessão da Assembleia Intermunicipal, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor: 30;-----

--- Abstenções: 3.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa Pato (PSD)**, dizendo que a votação poderia ser efectuada por bancada, uma vez que os votos têm que ser identificados por Partido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Manuel Marques Damião (PS)**, dizendo que a acta era uma questão individual e não uma questão de bancada. A votação deveria ser global.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, referindo que a lista de presenças correspondente à acta em apreciação já estava ao dispor dos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo-se às condições de trabalho. No passado eram excepcionais, mas no presente não. Solicitou que a Mesa, conjuntamente com o Conselho Executivo, resolvessem este problema, para que houvesse as mínimas condições de trabalho. Outra questão do senhor Deputado teve a ver com a marcação das Assembleias da CIMLT na mesma data das Assembleias Municipais. Considerou que devia haver algum cuidado para as mesmas não coincidirem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, referindo que o site da CIMLT ainda não estava actualizado. Ainda existia informação relativamente à CULT, quando já houve eleições há bastantes meses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Francisco de Mello e Araújo do Espírito Santo (PS)**, reforçando o que o senhor Deputado João Osório referiu sobre as condições de trabalho, que eram poucas ou nenhuma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro José da Silva (CDU)**, apresentando uma saudação ao 35º Aniversário do 25 de Abril e às Comemorações do 1º de Maio: “Os últimos 35 anos, para todos os que construíram o 25 de Abril, e mantêm vivos os horizontes de Democracia, Justiça, Progresso e a Liberdade que Abril abriu, constituem um rico património construído de sonhos, lutas, acção criadora e transformadora e resistência tenaz. Um terço dos portugueses nasceram já depois de Abril, não viveram nem o negro tempo do Fascismo, nem os dias de alegria do período mais criador da Revolução. No entanto, a Revolução pertence-lhes tão vivamente como aos que nela mais directamente participaram. A Revolução de Abril é património do Povo e é património do futuro. Se podemos afirmar que a Revolução de Abril é o momento maior da nossa História, devemos também afirmar com toda a confiança que o melhor do caminho histórico de Abril ainda está para vir. Mais tarde ou mais cedo, a luta dos amigos da Democracia e da Liberdade, de todos os que sabem que a História está longe de ter chegado ao fim, concretizará finalmente o que ficou entretanto inacabado. Daqui invocamos todos os Ribatejanos que participaram na determinada e criadora intervenção democrática dos trabalhadores e das massas populares, que abalou de cima a baixo toda a sociedade portuguesa e que deu à arrancada militar o cunho de um processo revolucionário, nas suas realizações e conquistas económicas, sociais, culturais, políticas e civilizacionais. Cunho revolucionário e popular que se traduziu no imediato processo de intervenção das massas na resolução de problemas que lhes diziam respeito, no exercício efectivo irresistível de liberdades, dias antes inexistentes. O direito à livre organização

sindical, o direito de manifestação e o direito à greve. O aumento generalizado dos salários e a institucionalização do salário mínimo nacional, a criação de milhares de postos de trabalho e a criação do subsídio de desemprego. O aumento e alargamento das pensões de reforma, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o alargamento do tempo de férias e o seu subsídio. A criação do serviço nacional de saúde geral e gratuito e o alargamento e melhoria da segurança social. O desmantelamento do aparelho repressivo do Fascismo. O fim do domínio da economia pelos monopólios e a promoção de uma dinamização económica ao serviço do Povo. A democratização do acesso à terra nas regiões do latifúndio, combatendo o desemprego com o aproveitamento integral das terras incultas, aumentando a produção nacional, criando novas e originais formas de organização e de gestão do trabalho nos campos. A consagração, na Lei, na igualdade entre homens e mulheres. Não obstante a destruição ou mutilação destas conquistas, elas continuam em muitos aspectos reflectidas no texto da Constituição da República e indelevelmente adquiridas na vontade e na vida dos trabalhadores e do Povo. E isso acontece porque essas conquistas e realizações correspondiam e correspondem a necessidades objectivas de desenvolvimento e de progresso na sociedade portuguesa em todos os campos. Daqui invocamos também uma das mais importantes criações de Abril – o Poder Local democrático, alavanca de progresso, participação popular, grandes realizações nos domínios e infra-estruturas fundamentais, como a água pública e o saneamento, os equipamentos culturais e desportivos, a habitação social, que num todo contribuíram para uma extraordinária elevação do nível de vida das populações. Reafirmamos ainda a necessidade do cumprimento do preceito constitucional de criação das regiões administrativas, entendidas como um nível intermédio de Poder Local, com atribuições e competências próprias, eleitas directamente pelo Povo. Invocação que é justa e actual porque também esta conquista é alvo das políticas que persistem e dos partidos que se alternam na sua execução, e que mutilam a capacidade de realização das autarquias locais, e desviam a sua acção das suas

competências e atribuições fundamentais. Nos dias de hoje, dias de desemprego precário e baixos salários, endividamento, degradação dos serviços públicos, aprofundamento das desigualdades, e até de miséria e fome, que a crise apenas veio acentuar, é tempo, não de nos questionarmos, mas antes de afirmarmos, que cada ataque a cada conquista de Abril contribui para esta dramática situação. E de afirmarmos também que só uma prática política que retome as linhas essenciais do projecto revolucionário de Abril pode inverter esta situação, e devolver o carácter democrático, participado, livre, patriótico e soberano, que deve ter a política. Vemos o Portugal democrático de hoje ser corroído pelo descontentamento, o desânimo, o fatalismo, a imposição de inevitabilidades, a degradação moral e ética. Numa destas situações, tal como era a 24 de Abril de 1974, só há dois caminhos. Ou nos conformamos e deixamos que a Democracia seja levada nesta corrente que a leva ao abismo, ou antes de novo nos levantamos para a defender e aprofundar. Mas o tempo que vem é um tempo de termos confiança na torrente em movimento, que se amplia para colocar Abril de novo, os seus valores e o seu projecto de democracia, liberdade, justiça social do Estado ao serviço do Povo e do desenvolvimento, da soberania e independência nacional nos caminhos da construção de uma vida melhor para o nosso Povo. Nunca como hoje foi tão importante e decisivo, como dizia o poeta fazer florir Abril de novo! Abril floresce todos os anos com renovado vigor no 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, jornada maior da luta dos trabalhadores que daqui vivamente saudamos, e cuja comemoração e liberdade é também uma das mais importantes conquistas de Abril. Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Rodrigues Figueiredo (PSD)**, dizia que a saudação merecia o seu voto, mas tinha uma linguagem excessivamente ideológica. Sugeriu substituir a palavra “massas” por “Povo”, que era uma expressão mais abrangente.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado Pedro Silva (CDU), dizendo que a intenção da CDU não era colocar a saudação a votação, mas o regimento assim o obrigava. O

objectivo era assinalar a data com a visão da CDU sobre o 25 de Abril e 1º de Maio. Segundo o senhor Deputado, se a saudação coubesse nos assuntos de interesse para a CIMLT poder-se-ia não votar. Se houvesse entendimento que tinha que se votar a saudação, não viam problemas em trocar o termo “massas” por “povo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, dizendo que o regimento obrigava à votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, dizendo ter ficado contente por o PSD estar a caminho da esquerda revolucionária, porque tinha acabado de ouvir dizer que estavam de acordo com a essência da saudação da CDU. O senhor Deputado disse respeitar as posições da CDU, mas ir-se-ia abster porque pelo meio da saudação surgiam muitas farpadas e esta saudação supostamente deveria ser para elogiar o 25 de Abril e o 1º de Maio.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, referindo que havia um tema na moção que estava descontextualizado e que tinha a ver com a criação das regiões administrativas. Disse concordar com o princípio, mas na saudação estava um pouco desfasado. De acordo com o senhor Deputado, apesar de estar previsto constitucionalmente, em 35 anos nunca foi executado e até já houve um referendo sobre o tema. Sugeriu, assim, a retirada dessa parte da saudação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, dizendo que também foi militar de Abril e disse lamentar que ao fim destes anos todos o PCP insistisse em saudar o 25 de Abril, com base num panfleto político-partidário com ataques a Governos. Lamentou que aquilo que era realmente a essência do 25 de Abril fosse completamente deturpado. Segundo o senhor Deputado, ao fim de 35 anos o PCP continuava com a obsessão de achar que era o dono do 25 de Abril e não era. Era quando muito um dos donos do 25 de Abril. O senhor Deputado disse achar muito bem que a CDU defendesse os seus ideais políticos, mas que não os misturassem com uma saudação ao 25 de Abril, porque era uma ofensa. O senhor Deputado disse que

ia votar contra a saudação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria da Ascensão Adrião Duarte (PS)**, dizendo que fazia suas as palavras do senhor Deputado Victor Damião. Referiu que ia votar contra porque o seu 25 de Abril não era o 25 de Abril descrito pelo PCP.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, dizendo que nunca em momento algum a CDU afirmou que era dona do 25 de Abril. Aliás, a principal personagem do 25 de Abril seria uma personagem colectiva que era o Povo Português. Segundo o senhor Deputado, havia um problema do qual o PS tinha muita dificuldade em desembaraçar-se politicamente. É que havia um conjunto de matérias que foram aprovadas e que estavam nos programas do PS em 1974, que hoje o PS renegava. Lembrou ainda que o PCP nunca teve maioria na Assembleia da República e havia um conjunto de disposições legais que aí foram aprovadas, nomeadamente a constituição do 25 de Abril, aprovada em 1974 com os votos do PS. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, seria um bocadinho incongruente pôr em causa esta saudação porque consagra valores que o próprio PS.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, pedindo que não fizessem desta saudação um debate político entre forças políticas diferentes. Pediu alguma ponderação e algum cuidado. Colocou, de seguida, a questão se a substituição de “massas” por “Povo” era pacífica. Em relação às regiões administrativas questionou se a CDU queria manter esse conteúdo na saudação ou poderia sofrer alguma alteração de linguagem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, afirmando que o que era mais importante era fazer aprovar uma saudação ao 25 de Abril. Assim, disse estarem disponíveis para retirar o parágrafo que fala nas regiões administrativas, bem como substituir “massas” por “Povo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, dizendo compreender como tudo estava montado. Na opinião do senhor Deputado, o PSD pediu para retirar aquilo que não lhe agradava. Assim, o senhor Deputado pediu

também para retirar o seguinte: “Nos dias de hoje, dias de emprego precário e baixos salários, endividamento, degradação dos serviços públicos, aprofundamento das desigualdades e até de miséria e fome, que a crise apenas veio acentuar, é tempo não de nos questionarmos, mas antes de afirmarmos que cada ataque a cada conquista de Abril contribui para esta dramática situação e de afirmarmos também que só uma prática política que retome as linhas essenciais do projecto revolucionário de Abril pode inverter esta situação e devolver o carácter democrático, participado, livre, patriótico e soberano, que deve ter a política. Vemos o Portugal democrático de hoje ser corroído pelo descontentamento, o desânimo, o fatalismo, a imposição de inevitabilidades, a degradação moral e ética, numa destas situações, tal como era a de 24 de Abril de 1974, só há dois caminhos: ou nos conformamos e deixamos que a Democracia seja levada nesta corrente que a leva ao abismo ou antes de novo nos levantamos para a defender e aprofundar. Mas o tempo que vem é o tempo de termos confiança na torrente em movimento que se amplia para colocar Abril de novo. Os seus valores e o seu projecto de Democracia, liberdade, justiça social do Estado ao serviço do Povo e do desenvolvimento, da soberania e independência nacional, nos caminhos da construção de uma vida melhor para o nosso Povo.” Pediu que este texto fosse retirado porque se estavam a falar de Abril, então falassem apenas de Abril.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, dizendo não estarem disponíveis para retirar aquela parte do texto da saudação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, dizendo ter sido o único a fazer uma intervenção sem nenhuma questão partidária e apenas sobre Abril.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Friezas Galdeano (CDU)**, mencionando que tinham sido feitos ataques não ao 25 de Abril, mas à CDU, pela saudação que apresentou. Segundo o senhor Deputado, todos os dias quando a CDU sai para a rua está com os trabalhadores, com as populações e tem ideia das desigualdades sociais que se têm agravado cada vez mais e dos ataques aos direitos

de quem trabalha neste País. Logo, a CDU tinha que fazer essa nota na saudação, porque estar com Abril também é defender os direitos dos que trabalham e promover as igualdades sociais. Para além disso, de acordo com o senhor Deputado, o espírito de Abril não deve acontecer só nas cerimónias solenes. Também seria bom, dentro dos organismos em si, que os senhores Deputados soubessem ouvir e respeitar a opinião dos outros. Segundo o senhor Deputado, parecia que isso não estava a ser tomado em conta e estava-se a criticar a opinião dos outros, que estava indicada numa saudação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, e antes de submeter à votação a saudação, propôs que a votação fosse efectuada por grupos políticos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, dizendo que essa sugestão tinha toda a legitimidade ser feita numa Assembleia Municipal, quando os Deputados eram todos eleitos pela mesma lista. Na Assembleia Intermunicipal da CIMLT eram eleitos por listas concelhias. Assim, julgava que a votação não poderia ser feita por bancada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, referindo que votando de uma forma ou de outra, o resultado acabava por ser o mesmo. Mas na Assembleia da República também havia determinadas votações que eram feitas por bancada e os Deputados das diversas bancadas não eram todos eleitos da mesma lista. De qualquer forma, na opinião do senhor Deputado era indiferente o tipo de votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, sublinhando o mencionado pelo senhor Deputado António José Rodrigues e defendendo a votação por força partidária.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, referindo que nunca na Assembleia Intermunicipal da CIMLT se tinha votado por bancada e não entendia porque é que essa questão estava naquele momento a ser

colocada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, reafirmando que os senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal da CIMLT sempre votaram individualmente.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, dizendo que obviamente que cada Deputado votava por si. Mas toda a gente sabia que os votos tinham que vir discriminados por força política.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, referindo que a Mesa tinha decidido não alterar a forma como ocorreram as últimas votações, sem prejuízo do assunto voltar à discussão em próximas Assembleias.-----

--- Submetida a votação a Saudação ao 35º Aniversário do 25 de Abril e às Comemorações do 1º de Maio, com as alterações propostas pelo PSD, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 16 (CDU, PSD e BE);-----

--- Abstencões – 12 (10 do PS e 2 do PSD);-----

--- Votos contra – 5 (PS).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, reafirmando que gostaria que o seu nome constasse como tendo votado contra a saudação. Disse identificar-se com tudo o que dizia respeito à saudação ao 25 de Abril, mas discordava com tudo o que tinha a ver com o programa partidário.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, dizendo que se teria absterido, tendo em conta conceitos que estavam inerentes ao 25 de Abril e que, por outro lado, não votaria a favor por causa dos conceitos políticos que constavam do documento. Segundo o senhor Deputado, a postura da CDU em não querer retirar os aspectos que eram manifestamente política dirigida levaram-no a votar contra. Por seu lado, disse não ter ficado surpreso com o facto da proposta do PSD ter sido aceite, porque já estava habituado. O PSD normalmente aliava-se com a

CDU e vice-versa para fazerem passar as suas propostas.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, afirmando que a sua abstenção tinha a ver sobretudo com a primeira parte da saudação, onde se revia. Mas não podia concordar com a segunda parte claramente sectária e que não se enquadrava dentro do espírito do 25 de Abril.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Bruno Miguel Lince Mariano Medinas (PS)**, dizendo que tinha votado contra, não porque tivesse alguma coisa contra a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. Pelo contrário. Mas nem o 25 de Abril nem o 1º de Maio mereciam aquilo que se tinha passado na sessão. A negociação que tinha sido feita às claras para a saudação ser aprovada só tinha que ser votada contra porque não era assim que se apresenta uma saudação. Na opinião do senhor Deputado, a CDU, se queria que a saudação passasse, não deveria ter retirado nada daquilo que escreveu.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, referindo que o PSD tinha votado favoravelmente porque era favorável aos valores que Abril trouxe e nunca seria capaz de votar contra. Alguns elementos abstiveram-se, mas ninguém votou contra. Reafirmou que o PSD não era contra o 25 de Abril. Era democrata e sabia pensar pela sua cabeça. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que, relativamente a Democracia, quando existe um Primeiro-Ministro que ataca directamente a Comunicação Social, era muito fácil perceber quem não era democrata. Terminou dizendo que se alguém enfiou a carapuça relativamente a alguns comentários sobre o País não estar bem, então essas pessoas que reflectissem sobre a governação que o seu partido estava a fazer.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Ascensão Duarte (PS)**, dizendo não considerar que o facto de ter votado contra quisesse dizer que estava contra o 25 de Abril. Tinha votado contra por estar em completo desacordo com a saudação da CDU e não admitia que se insinuasse que quem votou contra estava contra os princípios e os valores de Abril.-----

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Manuel Coelho (CDU)**, sugerindo que quando fosse feita a mudança de mobiliário da sala onde estavam pusessem uma gaveta nas cadeiras de cada Deputado para que certas pessoas pudessem colocar lá dentro aquilo que não lhes conviesse.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Hélder Pombo (PSD)**, afirmando que tinha votado a favor porque ao contrário de algumas pessoas do PS ele jamais votaria contra algo que permitiu estar na presente Assembleia a falar e a discutir livremente.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, congratulando o Conselho Executivo e o senhor Secretário Executivo pelo êxito da candidatura das Águas do Ribatejo aos fundos comunitários. Era um êxito que tinha que ser assinalado e realçado. Em contrapartida, outras entidades que saíram do projecto e não acreditaram nele têm, segundo o senhor Deputado, os seus Concelhos à beira de um precipício.-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, que quis saber, relativamente à SRU, que Municípios já aderiram e como está prevista a calendarização. Quis também ser informado, relativamente às contratualizações 2007-2013, onde é que o Conselho Executivo estava a pensar fazer propostas e o que é que se perspectivava. Para além disto, pretendeu saber que irregularidades originaram multas para os Presidentes dos Municípios por causa das Águas do Ribatejo. Relativamente às diversas obras, questionou o que aconteceu, quais eram as irregularidades e o porquê das coimas. Para além disto, referiu que no site não estavam incluídos todos os documentos de publicação obrigatória, de acordo com a Lei das Finanças Locais. Sugeriu ainda que se pudessem incluir alguns dados financeiros relativamente à execução do Orçamento, apenas para que se conseguisse

ir acompanhando a actividade do ponto de vista financeiro.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que relativamente à SRU estava agendado para os executivos de Santarém e Coruche a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana. A Sociedade de Reabilitação Urbana Intermunicipal, desenvolvida pela CIMLT, posteriormente, à semelhança das Águas do Ribatejo, vai ter autonomia e será distinta da CIMLT. Inicialmente será constituída pelos Municípios de Coruche e Santarém, isto porque são os únicos Municípios da CIMLT que têm aprovado pelo Governo os centros históricos como áreas críticas de recuperação ou renovação urbana. No que toca aos restantes Municípios, foi feito um trabalho de definição de ACRRUS - Áreas Críticas de Reabilitação e Reconversão Urbana. Já foram entregues à DGOTDU as áreas críticas, faltando apenas Rio Maior, Salvaterra de Magos e Benavente, por estarem ainda em análise nos órgãos executivos e deliberativos. A DGOTDU irá emitir um parecer e o membro do Governo respectivo definirá as áreas críticas. Entretanto, há um protocolo estabelecido entre todos os Municípios com a repartição do capital social que caberá a cada um deles, e à medida que o Governo aprovar as áreas críticas de reabilitação e renovação urbana os Municípios vão entrando na SRU. No que diz respeito à contratualização, a CIMLT assinou em 22 de Dezembro de 2008 um contrato-programa com a CCDR Alentejo. Entretanto têm havido alguns esclarecimentos e acções de formação e a contratualização propriamente dita começou há cerca de uma semana ou duas. O senhor Secretário Executivo explicou que este QREN é totalmente diferente do anterior. Já estão publicados no site do INALENTEJO e no site da CIMLT avisos de concurso para os Municípios poderem apresentar candidaturas que a CIMLT vai analisar no que diz respeito a áreas de localização empresariais, centros escolares, acções de valorização ambiental e rural e sociedade do conhecimento. São cerca de seis avisos que já estão publicados e a partir deste momento os Municípios podem apresentar candidaturas para esses avisos. A CIMLT está a trabalhar noutros avisos em parceria com o

Ministério da Cultura, no que diz respeito ao património cultural e aos equipamentos culturais. No que toca às alegadas irregularidades nas Águas do Ribatejo, o senhor Secretário Executivo lembrou que quando a empresa foi constituída com capital em espécie também foi dito, e está escrito, que era uma acção fraudulenta e que os Presidentes de Câmara tinham que pagar 1400 euros de multa. Soube-se neste mesmo dia em que estava a ocorrer a sessão, através de um documento enviado pelo Tribunal de Contas, que não houve dolo ou negligência dos Presidentes de Câmara sobre a entrada do capital em espécie na constituição das Águas do Ribatejo. Decidiu-se assim arquivar o processo. No que diz respeito à constituição das Águas do Ribatejo, os Presidentes de Câmara não têm que pagar multa nenhuma. Sobre a notícia do Mirante, o senhor Secretário Executivo referiu que já tinha visto essa notícia duas vezes. Em Janeiro, apareceu também no Mirante que os Presidentes de Câmara da Lezíria do Tejo tinham que pagar uma multa de cerca de 1300 euros. E também já tinha ouvido dizer que as pessoas iam reclamar. Mas acerca desse facto, que tem a ver com as obras de Coruche, o senhor Secretário Executivo adiantou que os Presidentes de Câmara da Lezíria do Tejo já tinham recorrido no dia 16 de Fevereiro. Ou seja, se alguém iria reclamar naquele momento, esperava que ainda fosse a tempo. Todos os outros Presidentes reclamaram a 16 de Fevereiro. Ainda sobre esse assunto, o senhor Secretário Executivo explicou que tinha a ver com o concurso de Coruche, uma empreitada de 9 milhões de euros, que foi lançado pela Câmara de Coruche em 2001 e a abertura de propostas foi em 2002. A primeira candidatura em Fundo de Coesão foi aprovada em 23 de Dezembro de 2004 e a CIMLT, através de uma sessão de posição contratual, passou o projecto da Câmara de Coruche para a CIMLT porque tinha um financiamento de 68%. Entretanto, havia uma conduta que estava previsto passar na Estrada Nacional 114 na berma. Com esta delação de tempo, as Estradas de Portugal fizeram obras na EN114 e obrigaram a CIMLT a passar a conduta para o meio da faixa de rodagem porque na berma havia o risco dos camiões pisarem. Obrigaram ainda a CIMLT a pavimentar a estrada na

totalidade, quando no caderno de encargos o que estava previsto era só repor e pavimentar a berma. O Tribunal de Contas diz que se devia ter anulado o processo e corrigido o projecto, face ao parecer que veio da Direcção de Estradas. E uma fiscalização externa considerou que deviam considerar-se trabalhos a mais. O senhor Secretário Executivo informou que todas estas questões, bem como em outras obras, foram sempre às reuniões do Conselho Executivo e as obras que decorriam foram sempre acompanhadas pelos engenheiros técnicos das Câmaras. Para além disto, a regra do Fundo de Coesão diz que dois anos após a aprovação da candidatura (23 de Dezembro de 2004), teria que haver 20% dos projectos aprovados. Portanto, as duas obras que davam para “safar” os 28 milhões de euros de Fundo de Coesão eram a obra de Coruche e a da Carregueira/Pinheiro Grande. De acordo com o senhor Secretário Executivo, estar a anular o concurso de Coruche e fazer um novo projecto era difícil porque se perdia o dinheiro. Assim, a fiscalização externa propôs que fosse feito um contrato de trabalhos a mais, que foi à reunião da CIMLT. Lembrou ainda que toda a informação que vai às reuniões é disponibilizada para os senhores Presidentes de Câmara 48 horas antes. Em 16 de Fevereiro, os Presidentes de Câmara contestaram a questão posta pelo Tribunal de Contas e agora estão a aguardar. Segundo o senhor Secretário Executivo, nenhum dos Presidentes tinha ainda sido notificado de que tinha que pagar uma multa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que havia uma Câmara que não tinha seguido a estratégia dos outros Municípios e que, segundo parece pela notícia do Mirante, ainda não tinha feito a reclamação. Mas essa era uma estratégia individual da qual não tinham culpa.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, explicando que o site tinha que ser completamente mudado porque a CULT passou a denominar-se CIMLT. Estava a ser feito, face aos recursos humanos existentes. Quanto ao Orçamento, se não estivesse já disponibilizado no site estaria do dia

seguinte. Tratava-se de um documento público e se ainda não estava no site era por lapso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, requisitando uma cópia dos pareceres do Tribunal de Contas e algum documento que houvesse sobre as supostas irregularidades.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação de Proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Augusto Nabais (PS)**, sugerindo, sem prejuízo de se proceder à votação, uma revisão no sentido de uniformizar a designação dos vários titulares dos órgãos e dos próprios órgãos. Na vez de se utilizar os termos “CIMLT”, “Comunidade” e “Comunidade Intermunicipal” usar-se só um termo. O mesmo para “Assembleia”, “Assembleia Intermunicipal” e “Assembleia da Comunidade”. Também para “Conselho” e “Conselho Executivo”, bem como “Presidente” e “Presidente da Assembleia Intermunicipal”. Solicitou o mesmo para os Regulamentos mencionados no Ponto 4 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, referindo que o documento resultava de um trabalho em equipa, onde participaram representantes de todas as forças políticas com acento na Assembleia e com a colaboração dos funcionários da CIMLT. Tratava-se de um documento que teve por base o anterior Regimento, e as modificações tiveram por base os Estatutos aprovados na CIMLT e a Lei nº45 de 27 de Agosto de 2008. Todas as alterações foram aprovadas por unanimidade pela equipa de trabalho e aceitavam com muito agrado sugestões de pequenas correcções. Propôs que a proposta de Regimento fosse de qualquer forma votada, com a condição de lhe serem introduzidas essas correcções.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, solicitando que fosse posto à discussão o nº4 do artigo 40, que lhe parecia uma regra muito democrática. A fixação de tempos para a discussão de cada ponto da Ordem de

Trabalhos seria efectuada proporcionalmente por cada grupo político e não por inscritos. Lembrou que nunca houve problema com a Mesa na atribuição de tempos.-

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, questionando o nº 1 do artigo 10, alínea d), no que toca à perda de mandato por mudança de força política. E se for independente ou se lhe for retirada confiança política na Assembleia Municipal? Considerou que esta alínea devia ter uma nova redacção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Mota (PS)**, dizendo que todas as notificações sugeridas seriam analisadas pela equipa de trabalho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, referindo que, quanto à distribuição dos tempos, não sabia se seria assim tão democrático o facto de as intervenções serem distribuídas pelo tamanho da força política. Isto queria dizer que o PS teria 5 vezes mais tempo do que o BE, o que não queria dizer que tivesse 5 vezes melhores argumentos. Sugeriu uma melhor visão sobre esta situação.-

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Aldeano (CDU)**, dizendo que o artigo 39, alínea e) deveria ter uma nova redacção. A saudação era apresentada pelo eleito ou pelo grupo que o eleito representa. Logo, não deveria ser posta em voto. Seria simplesmente uma apresentação. Sugeriu então o seguinte texto: “apresentação e apreciação de saudação ou apresentação, apreciação e votação de votos de louvor, congratulação, protesto ou pesar...”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Pinto de Almeida (BE)**, referindo que a proposta de regimento apresentada teve em conta as alterações incluídas na Lei, relativas às comunidades intermunicipais e que fora uma adaptação do regimento que estava em vigor. Portanto, todos os artigos mencionados pelos senhores Deputados já existiam no regimento anterior e a equipa de trabalho não os alterou, porque não se sentiu mandatada para tal. Relativamente à questão colocada sobre a perda de mandato, referiu que a alínea d) decorria textualmente da Lei. Logo, não podia ser alterada porque seria uma transcrição irregular.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, dizendo que o que

defendia melhor a pluralidade de opinião era não existirem tempos determinados em função da proporcionalidade das várias forças políticas. Defendeu as limitações de tempo no geral, porque senão estariam a discutir o sexo dos anjos” ad eternum”. Referiu ainda que seria normal cada força política ou Deputado, no Período Antes da Ordem do Dia, apresentar determinado aspecto sem que tenha se ser levado à votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Rodrigues Figueiredo (PSD)**, dizendo que a proposta de regimento era uma adaptação do anterior, tendo em conta o novo regime legal, e não se pode fazer um regimento para cada um dos senhores Deputados. Um regimento é para a assembleia. Relativamente à distribuição dos tempos, aquilo que se pretendia dizer era que o tempo é distribuído dentro de cada grupo, proporcionalmente por cada grupo, ou seja, o mesmo tempo para todos os grupos independentemente do número de elementos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento Sampaio (CDU)**, solicitando aos senhores Deputados que levantaram questões sobre a proposta de regimento que as enviassem por escrito para a equipa de trabalho e que na presente sessão o documento fosse apreciado e votado na generalidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)** lembrando que até às próximas eleições autárquicas só devia haver mais uma única assembleia. Atendendo que o regimento só iria servir para uma única reunião, sugeriu colocar a proposta de regimento à votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, referindo que a distribuição de tempos por grupos não era coerente, porque formação de grupos não era mandatária, mas sim voluntária, podem se formar ou não. Considerou que a forma mais democrática era dividir o tempo existente pelos intervenientes. Assim, sugeriu uma manobra dilatória, para que o documento voltasse na próxima reunião da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Bento**

Sampaio (CDU), colocando o documento a votação, não sendo possível deixar artigos por votar.-----

--- Submetido a votação a Proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA** com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 25 (PS, PSD e BE);-----

--- Abstenções – 8 (CDU e PS).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, referindo que o sentido da votação da CDU não era para desprestigiar a equipa de trabalho, mas para criticar a questão da gestão dos tempos, e o facto de a maioria não estar em pé de igualdade com as outras forças políticas para explanar as suas ideias com as restantes forças políticas.-----

--- Deu entrada na Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT um requerimento, referindo o seguinte: “Requere-se o prolongamento da Assembleia por um período de uma hora. A Mesa da Assembleia”. Submetido à votação, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 27;-----

--- Votos contra – 2.-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2008**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo estar presente à apreciação da Assembleia os documentos da prestação de contas da CIMLT. Os documentos eram extensivos às contas dos Municípios associados, que eram influenciadas pela contratualização dos fundos comunitários em Dezembro de 2008 e também pelo início da actividade da empresa Águas do Ribatejo. Daí o facto da CIMLT ter uma taxa de execução baixa no que diz respeito ao sistema intermunicipal de abastecimento de águas e saneamento. A CIMLT teve que fazer uma previsão do valor total que estava aprovado pelo Fundo de Coesão. Era obrigatório que o fizesse para que os

Municípios pudessem fazer a candidatura do projecto que tinham à sua disposição para executar. No entanto, pelo facto das Águas do Ribatejo terem começado a trabalhar praticamente na viragem do ano, o ano de 2008 foi afectado por isso e o de 2009 vai reflectir completamente o contrário daquilo que está plasmado no documento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, considerando que o Relatório e Contas avalia a gestão do executivo, tendo duas facetas: uma faceta de avaliação da performance, ou seja, se foi cumprido aquilo que o executivo se propôs a fazer, e também uma parte contabilística e técnica. Portanto, o PSD ponderava sempre a votação tendo em consideração essas duas vertentes. Relativamente às contas ressalta que o nível de execução das mesmas foi 18%. Exactamente a mesma percentagem da execução do ano anterior. Significa então, segundo o senhor Deputado, que o Conselho Executivo da CIMLT não conseguiu mais uma vez executar aquilo a que se propôs. Mais uma vez também o senhor Deputado disse ter que referir que a CIMLT não era a única responsável pela não execução dos projectos, dado que em muitos casos ela actuava como gestora de fundos ligada a projectos onde cada uma das autarquias tem os seus timings para avançar com os mesmos. No entanto, já aconteceu numa situação relativamente aos Fundos de Coesão nas Águas do Ribatejo, uma vez que por ter sido recusado um projecto que vinha da antiga CULT, ele ter servido também para reter o mesmo projecto. Aliás, de acordo com o senhor Deputado, as contas ainda dependiam muito desse projecto. O projecto das Águas do Ribatejo era 70% o valor do Orçamento da CIMLT. Dado que a execução desse projecto falhou relativamente àquilo que estava previsto para o ano de 2008, então a execução do Orçamento foi bastante baixa. O senhor Deputado lembrou que o projecto Águas do Ribatejo teve uma série de confusões e problemas quase desde o seu início. Desde a candidatura a Fundos de Coesão que foi chumbada inicialmente. Houve um concurso público internacional para a escolha de um parceiro privado que teve que ser anulado. Por causa de todos os problemas e prevendo já que estava

criado um enorme imbróglio, acabou por haver a saída de dois Municípios do projecto. Depois, ocorreu a situação da constituição da empresa sem o visto prévio do Tribunal de Contas, sabendo-se agora que não havia lugar a coima, mas não deixou de ser mais um grão de areia naquilo que aparentemente tem nascido torto. O senhor Deputado referiu ainda uma notícia do Jornal O Mirante, dizendo que dez Presidentes de Câmara da Lezíria do Tejo teriam sido multados pelo Tribunal de Contas por irregularidades na empreitada de remodelação e ampliação do dique de protecção e do emissário, sistema elevatório e ETAR de Coruche. Ainda segundo a notícia, a Tribunal de Contas terá apontado irregularidades na adjudicação à empresa FCC de diversos trabalhos rectificativos, no valor de 139 mil euros, que deveriam ter sido sujeitos a concurso público limitado, que visavam corrigir erros grosseiros do projecto inicial, desde as terraplanagens à arquitectura, passando pelos pavimentos ou rede de regas. Este projecto das Águas, para além de não ter sido executado dentro daquilo que era previsto também deu origem a duas ênfases nas contas, o que significa que, segundo o Revisor Oficial de Contas na sua certificação legal das contas, haveria elementos importantes que era necessário frisar para que o leitor das demonstrações financeiras pudesse ter uma imagem verdadeira e adequada das mesmas porque as mesmas não a conteriam. Segundo o senhor Deputado, é menos grave que uma reserva, mas são situações que provêm de algum tipo de erros ou contingências. A primeira, a esta seria de longe a mais preocupante na opinião do senhor Deputado, é que existe um processo judicial por causa do parceiro privado que havia sido seleccionado através do concurso público internacional, e que está relacionado com a primeira perda dos fundos de coesão, e o valor são 103 milhões de euros contra a CIMLT. Isto não tem qualquer reflexo nas contas, o parceiro privado que foi seleccionado certamente terá incorrido em despesas e haveria expectativas relativamente aos seus lucros, o concurso foi quebrado e nenhum dinheiro foi previsto relativamente ao processo judicial. Qualquer indemnização só pode originar uma coisa - saída de dinheiro da CIMLT. Ora, de acordo com o senhor Deputado, tal

significa na prática saída de dinheiro dos Municípios. O senhor Deputado disse não saber obviamente o desfecho deste caso nem o montante envolvido. A segunda nota apontada é que as rubricas de imobilizado têm cerca de 3 milhões de euros que serão transferidas em 2009 para a empresa Águas do Ribatejo. Isto acaba por ter um efeito materialmente relevante nas contas em apreço, na opinião do senhor Deputado. O senhor Deputado referiu ainda, em nome do PSD, a necessidade de haver contas para se verificar se o estado da empresa não distorcia as contas, no sentido em que podíamos ter um valor registado superior àquilo que era o valor da mesma. Fazendo as contas, atendendo a que a CIMLT tem 10 mil 995 acções num total de 648 mil 633, o PSD apurou um valor de 58 mil 750,73 euros, o que é superior relativamente ao valor que está registado nas contas. Descobriu também que a CIMLT não vinha a aplicar no passado o princípio do acréscimo. A situação foi corrigida no ano de 2008, no entanto existe uma distorção e as contas não são directamente comparáveis o que originou uma terceira ênfase. Relativamente à parte técnica e a todos os elementos que foram disponibilizados, o senhor Deputado realçou a apresentação das contas por parte dos técnicos. Disse que a forma de apresentação era simples, transparente, intuitiva e funcional e registou com agrado que as recomendações que o PSD tem apresentado ao longo dos anos têm sido acolhidas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, dizendo que, em relação às contas, a bancada do PS congratulava-se pelos resultados obtidos no âmbito do projecto Águas do Ribatejo e as contas reflectiam aquilo que de maior importância a CIMLT tem vindo a fazer. Obviamente, na opinião do senhor Deputado, que a saída de dois Municípios do projecto fez com que o mesmo tivesse que ser repensado e em boa hora ele foi repensado, tendo em conta os resultados que se obtiveram. De acordo com o senhor Deputado, há vantagens porque foram conquistados recursos financeiros muito importantes e deixou de haver para já a necessidade da entrada de um parceiro privado no projecto, havendo assim uma prestação de um serviço público e não uma mira apenas do lucro de uma terceira entidade que tinha que ser

compatibilizado. Segundo o senhor Deputado, não foi esse o entendimento dos dois Municípios que saíram do projecto e hoje percebe-se a catástrofe que esses dois concelhos têm entre mãos. No caso de Santarém, por exemplo, o custo da água aos seus munícipes é de 28% mais caro do que no projecto Águas do Ribatejo, vai haver uma alienação definitiva de 49% do capital das Águas de Santarém e vai haver claramente um custo que os munícipes vão pagar. Isto para além de todos os projectos que estavam em desenvolvimento no âmbito das Águas do Ribatejo estão pura e simplesmente parados. Inclusivamente a Póvoa de Santarém, com o saneamento que foi feito em baixa pela CIMLT neste momento está parado porque falta fazer em alta e não há verbas, não há parceiro, não há rigorosamente nada. Isto revela um desnorte, na opinião do senhor Deputado, e infelizmente são as populações que vão pagar muito caro estas opções. Referiu ainda que os Municípios que aderiram às Águas do Ribatejo estão de parabéns e o Secretário Executivo da CIMLT também está de parabéns pelo grande trabalho que tem vindo a desenvolver em prol de todos os Concelhos. No que toca às contas, o senhor Deputado referiu que se percebe que há opções que foram feitas e que estão a ser corrigidas. Uma delas foi a anulação do concurso das Águas do Ribatejo. Considerou ainda que quem provocou a quebra do concurso foram os Municípios que saíram do projecto e se houver qualquer indemnização a pagar ao concorrente que se viu privado de continuar no concurso, obviamente que terá que ser dada a responsabilidade a quem fez cair o concurso, neste caso Santarém e Cartaxo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, dizendo ter ficado satisfeita por saber que a nível de saneamento e abastecimento de água, os sete Municípios que ficaram no projecto Águas do Ribatejo têm os seus projectos todos a andar, quer a nível de saneamento quer a nível de abastecimento. Disse também que transmitiria ao Presidente da Câmara do Cartaxo as preocupações e os receios do senhor Deputado Carlos Catalão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa**

Gomes (PS), referindo que as multas que o Jornal O Mirante publica não são verdadeiras. Essa era uma notícia que saiu do senhor Presidente Moita Flores. De acordo com o senhor Presidente, Moita Flores tem um estatuto individualizado, não tem nada a ver com os restantes Presidentes da CIMLT. Referiu ainda que os Presidentes não tinham nenhuma multa a pagar ao Tribunal de Contas. Fizeram a reclamação em 16 de Fevereiro, Moita Flores ainda não a fez, vai fazê-la agora segundo a notícia do Mirante. A responsabilidade é dele. O senhor Presidente disse não ter nada a ver com isso. Em relação aos mencionados erros grosseiros do projecto inicial, o senhor Presidente referiu que dizem respeito à já mencionada empreitada de Coruche. A CIMLT só pode ser responsabilizada porque, como entidade colectiva em que o concelho de Coruche está associado responderá também por isso, e os Presidentes das Câmaras associadas respondem solidariamente por aquilo que porventura tenha que se fazer de acordo com o Tribunal de Contas. Nas contas da CIMLT não está contabilizado a possível indemnização que os Presidentes tenham que pagar pelo facto da anulação do concurso, porque sendo responsabilidade da Câmara de Santarém e do seu Presidente, porque aqui votou na CIMLT o concurso inicial e devido à sua saída o concurso teve que ser anulado, segundo o parecer dos nossos consultores jurídicos. Terminou dizendo que se os Presidentes tiverem que pagar, a CIMLT endossará essa responsabilidade à Câmara de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, dizendo não saber quais as fontes do senhor Deputado João Lopes, quando referiu que houve uma candidatura chumbada nas Águas do Ribatejo. Disse estar na CIMLT há 16 anos e na CIMLT nunca houve uma candidatura a fundos comunitários que tivesse sido chumbada. Nunca. No que toca às Águas, foi sugerido a CIMLT que fizesse uma remodelação ao projecto e a CIMLT só apresentou o saneamento. Depois, na fase da reprogramação foi aprovado o abastecimento. Em Agosto, quem queria teve que fazer candidaturas ao POVT para obter fundos comunitários. Portanto, neste caso,

houve uma segunda candidatura aprovada na ordem de 15,8 milhões de euros. Ou seja, as Águas do Ribatejo, no seu estudo de viabilidade, têm cerca de 49 milhões de euros de Fundo de Coesão para captar. 44,2 milhões de euros já estão captados. Até 2013, no PO Regional da CCDR ou no Fundo de Coesão, faltam obter apenas 4 milhões.-----

--- Submetidos à votação os Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2008, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 21 (PS, CDU e BE);-----

--- Votos contra – 8 (PSD).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, referindo que a questão das Águas do Ribatejo já tem muita história por trás. O que foi aprovado foi uma segunda candidatura e houve mesmo um montante que não estava disponível de acordo com o caderno de encargos apresentado ao parceiro privado e foi isso que originou a saída dos Municípios de Santarém e Cartaxo. O senhor Deputado entregou à Mesa uma Declaração de Voto por escrito, solicitando que a mesma fosse anexa à Acta.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa Pato (PSD)**, afirmando que o Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício deveria ser votado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, propondo que fosse incluída para votação a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.-----

--- Submetida a votação a inclusão da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício em votação, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Submetida a votação a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, a mesma foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 18 (PS, CDU e BE);-----

--- Abstenções – 9 (PSD).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e**

Votação dos Regulamentos da CIMLT (Regulamento Interno da CIMLT, Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas da CIMLT, Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CIMLT, Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CIMLT e Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da CIMLT).-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que na última Assembleia o Conselho Executivo comunicou que traria à presente sessão os regulamentos para apreciação, na medida em que tinham saído legislações relativamente recentes e havia que fazer a adaptação dos regulamentos a essa legislação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Aldeano (CDU)**, colocando duas questões: em termos de votação, iria votar-se o pacote completo dos regulamentos ou cada regulamento em separado. A segunda questão, na qualidade de dirigente sindical, era se na criação dos regulamentos tinha existido algum contacto com os representantes dos trabalhadores, nomeadamente com os sindicatos, que são quem deve representar os trabalhadores. O senhor Deputado referiu que não existia nenhuma indicação desse contacto, nem nenhum parecer apresentado que fosse favorável. Se ele existisse, o senhor Deputado solicitou que fosse apresentado, porque não bastava basearmo-nos no Código do Trabalho ou em qualquer regulamentação colectiva. Devia haver uma discussão e não se impor as coisas directamente. Referiu ainda que da parte da CDU, se não surgisse um parecer favorável da parte dos sindicatos na discussão para a elaboração destes documentos, teria que votar contra. As objecções da CDU tinham a ver directamente com os regulamentos do pessoal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, referindo que no momento existiam 15 funcionários na CIMLT. Colocou-se a questão de se criar uma Comissão de Trabalhadores. A opção dos 15 funcionários foi a de não constituir a Comissão de Trabalhadores. Consultou-se o Sindicato e nenhuma das pessoas que trabalha na CIMLT é sindicalizada. No que diz respeito ao horário de

trabalho e do pessoal, ele foi partilhado por todos os técnicos e todos os funcionários assinaram um documento em como concordavam com o regulamento. Foi a modalidade escolhida. Os regulamentos foram feitos de forma consensual entre todos os funcionários.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, questionando como é que o Secretário Executivo da CIMLT sabia que nenhum dos funcionários era sindicalizado. Não era obrigatório que os funcionários dissessem se são ou não sindicalizados. As quotas para os sindicatos são pagas ou por transferência das entidades patronais ou por multibanco ou por pagamento pessoal. Segundo o senhor Deputado, nenhuma administração pode dizer com certeza que nenhum funcionário é sindicalizado. No entender do senhor Deputado, uma entidade pública deve consultar os respectivos sindicatos. Para além disso, disse saber que em muitas situações existem trabalhadores que de alguma forma são pressionados a assinar acordos, não estando o senhor Deputado a querer insinuar que seja o que se passa na CIMLT. Do ponto de vista da própria Lei, o senhor Deputado disse ter diversas objecções e achava um mau exemplo um órgão público não consultar os sindicatos representativos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, dizendo que foi questionado o Sindicato dos Funcionários da Administração Local sobre a consulta legalmente prevista. Constatou-se que a ser possível tal consulta não se iria alcançar uma resposta em tempo útil, uma vez que nenhum dos trabalhadores da CIMLT era sindicalizado. Foi o próprio sindicato a dizê-lo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, dizendo ter indicação contrária relativamente à existência de trabalhadores sindicalizados na CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, referindo que ele, como Secretário Executivo, não teve a ver com qualquer vírgula ou parágrafo do Regulamento de Horário. Foi feito pelos técnicos da CIMLT e tem a concordância de todos.-----

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Silva (CDU)**, referindo que o senhor Secretário Executivo anteriormente falou no sindicato. Agora não tinha falado. Afinal não foi ouvido o sindicato?-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Torres**, referindo que o sindicato tinha sido ouvido e contactado em termos informais.-----

--- Submetido à votação o Regulamento Interno da CIMLT, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 21 (PS, PSD e BE);-----

--- Votos contra – 5 (CDU);-----

--- Abstenções – 1 (CDU – José Bento Sampaio).-----

--- Submetido à votação o Regulamento Interno do Pessoal no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas da CIMLT, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 21 (PS, PSD e BE);-----

--- Votos contra – 6 (CDU);-----

--- Submetido à votação o Regulamento de Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade da CIMLT, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

--- Votos a favor – 21 (PS, PSD e BE);-----

--- Votos contra – 6 (CDU);-----

--- Submetido à votação o Regulamento Interno de Recrutamento e Selecção de Pessoal da CIMLT, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com os seguintes votos:---

--- Votos a favor – 21 (PS, PSD e BE);-----

--- Votos contra – 6 (CDU);-----

--- Submetido à votação o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da CIMLT, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da Declaração o senhor **Deputado José Roque Gameiro dos Santos (PS)**, referindo que o que se acabou de aprovar foi um acordo de empresa. E havia normas

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

que regem os acordos de empresa. Uma das formas é a consulta aos sindicatos, outra é à Comissão de Trabalhadores, mas há uma coisa que um acordo de empresa obrigatoriamente por Lei tem de fazer actuar. Pediu assim o favor de fazer depositar os Regulamentos apreciados e votados na Autoridade para as Condições de Trabalho, para assim dar cumprimento legal ao regulamento.-----

--- Foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE** em minuta os pontos 3, 4 e 5.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa *ad-hoc* e pelo redactor. -----

O Vice-Presidente da Assembleia da CIMLT, José Manuel Bento Sampaio -----

O representante do PS na Mesa, Mara Lúcia Lagriminha Coelho -----

O Secretário da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, João Maria da Silva Travessa
Filipe -----

O redactor, Clara Cristina Simões Lopes -----
